Brasil abre os cofres para os argentinos
Denise Chrispim Marin

Oferta de crédito visa a conter a escalada protecionista no país

O Brasil pretende abrir seus cofres para convencer a Argentina a abandonar a estratégia protecionista de combate aos efeitos da crise econômica global. No encontro de hoje com a missão do governo de Cristina Kirchner, a delegação brasileira vai explorar a brutal escassez de crédito e oferecer linhas de financiamento facilitadas aos investimentos de companhias nacionais na Argentina. Também vai oferecer crédito por meio de um mecanismo que injetará recursos oficiais em reais nas empresas sediadas na Argentina e que exportam para o Brasil.

"Queremos explorar uma agenda positiva com a Argentina, que passa pela remoção das restrições e pela discussão técnica das medidas antidumping e de barreiras sanitárias que atingem produtos brasileiros", resumiu o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral. "O interesse do governo brasileiro é diminuir a pressão protecionista", completou. Os financiamentos brasileiros podem ser estendidos aos demais parceiros do Mercosul e ao restante da América do Sul.

A proposta do governo brasileiro vai permitir às companhias argentinas a rolagem das dívidas e, ao mesmo tempo, financiar seus embarques para o Brasil com recursos provenientes do Tesouro brasileiro. Esse modelo de swap de moedas está em elaboração pelo Ministério da Fazenda, que ainda não fechou o tópico sobre as garantias a proposta tem como modelo um mecanismo adotado pelos EUA, no segundo semestre de 2008, para aliviar o drama da escassez de dólares de países como o Brasil.

A versão brasileira prevê o desembolso de recursos das reservas, em reais, para a Argentina e outros vizinhos, que ressarciriam os valores também na moeda nacional. Os reais seriam injetados em empresas que apresentem dificuldades para renegociar suas dívidas ou para financiar os importadores brasileiros de seus produtos.

A rigor, esse mecanismo acabará trazendo parte desses reais para as próprias companhias brasileiras especialmente, para as que prescindem de insumos fabricados na Argentina ou em outros países mais integrados à produção do Brasil.

O Itamaraty considera "perfeitamente possível" a adoção desse e de outros mecanismos financeiros para "ajudar" os vizinhos a se defenderem da crise. A expansão das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos de investimento de companhias brasileiras na Argentina seria outro "regalo". O País tornou-se, nos últimos anos, uma das raras fontes de investimento produtivo na Argentina.

"Nós temos de encontrar formas criativas de superar essa crise. Não creio que haja respostas simples ou fáceis. Mas é muito importante manter e reforçar a integração", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. "Isso também depende do Brasil. Não estou fazendo críticas indiretas à Argentina. Temos de pensar formas financeiras e monetárias que nos ajudem a enfrentar a crise."

A receita do governo contraria a doutrina "olho por olho" da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na última terça-feira, em Brasília, o presidente da entidade, Paulo Skaf, defendeu a adoção de barreiras contra os produtos argentinos.

A posição da Fiesp chegou a causar espanto em Buenos Aires, mas não foi suficiente para uma inflexão da linha protecionista. No segundo semestre, a Argentina adotou licenças automáticas, preços mínimos e outros mecanismos restritivos às importações barreiras que hoje atingem 2.400 exportados pelo Brasil, além de medidas antidumping contra produtos brasileiros. O Ministério das Relações Exteriores da Argentina deixou claro que as medidas de proteção atendem a queixas do setor industrial sobre possíveis desvios de comércio o desvio para o mercado local de produtos estrangeiros originalmente destinados aos países mais

afetados pela crise, os EUA e os europeus. Porém, uma vez mais, a delegação argentina trará o discurso da relação comercial desfavorável para o país.

Em 2008, o Brasil registrou o quinto superávit consecutivo com a Argentina, de US$ 4,348 bilhões, e bateu um recorde. "O senhor Skaf deve ter em conta que o mercado argentino é quatro vezes menor que o brasileiro", diz Jorge Sorabilla, líder do lobby têxtil argentino.

Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 17 fev. 2009, Economia & Negócios, p.B1 e B3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais